

## 6. A *terra sigillata* de Santarém no quadro do comércio para o Ocidente Peninsular

### 6.1. Comparação do padrão de importação de *sigillata* da Alcáçova de Santarém com o de outros sítios

Relativamente ao consumo de *terra sigillata*, existem dados que se devem salientar e que permitem conhecer melhor a evolução de alguns aspectos da história económica da Alcáçova de Santarém.

Desde logo, um dos resultados deste estudo foi a identificação, pela primeira vez no território português, de um fabrico de *terra sigillata* até agora ausente dos contextos nacionais. Efectivamente, a *terra sigillata* Oriental A, que possivelmente atingiu Santarém entre meados do século I a.C. e o reinado de Augusto, constitui importante testemunho de trocas comerciais com o Mediterrâneo Oriental. Os dados disponíveis não permitem precisar a natureza das relações comerciais em que esta cerâmica se deve integrar. Se se considerar que as relações comerciais durante a República se processaram, com base na necessidade de aprovisionamento dos efectivos militares localizados em Santarém, então a chegada destas cerâmicas poderá integrar-se neste fenómeno. Infelizmente, estas cerâmicas encontram-se descontextualizadas, não se conhecendo, para Santarém, os restantes materiais a que estariam associadas. No território espanhol, nomeadamente na costa levantina, a *terra sigillata* oriental A surge associada ou a cerâmicas claramente orientais como as cerâmicas helenísticas de relevos (“megáricas”) e a *lagynoi* de engobe branco (Pérez Ballester, 1985) ou à cerâmica campaniense B e C, ânforas Dressel 1 e a fabricos antigos de *sigillata* de tipo itálico (Arribas et al., 1973). Se, até ao momento, estão ausentes as cerâmicas orientais referidas *supra*, o mesmo não se pode dizer do restante espólio pois é relevante a presença, na Alcáçova de Santarém, quer de cerâmica campaniense, sobretudo dos fabricos B e *B-óide*, quer de ânforas itálicas Dressel 1 (Arruda e Almeida, 1999).

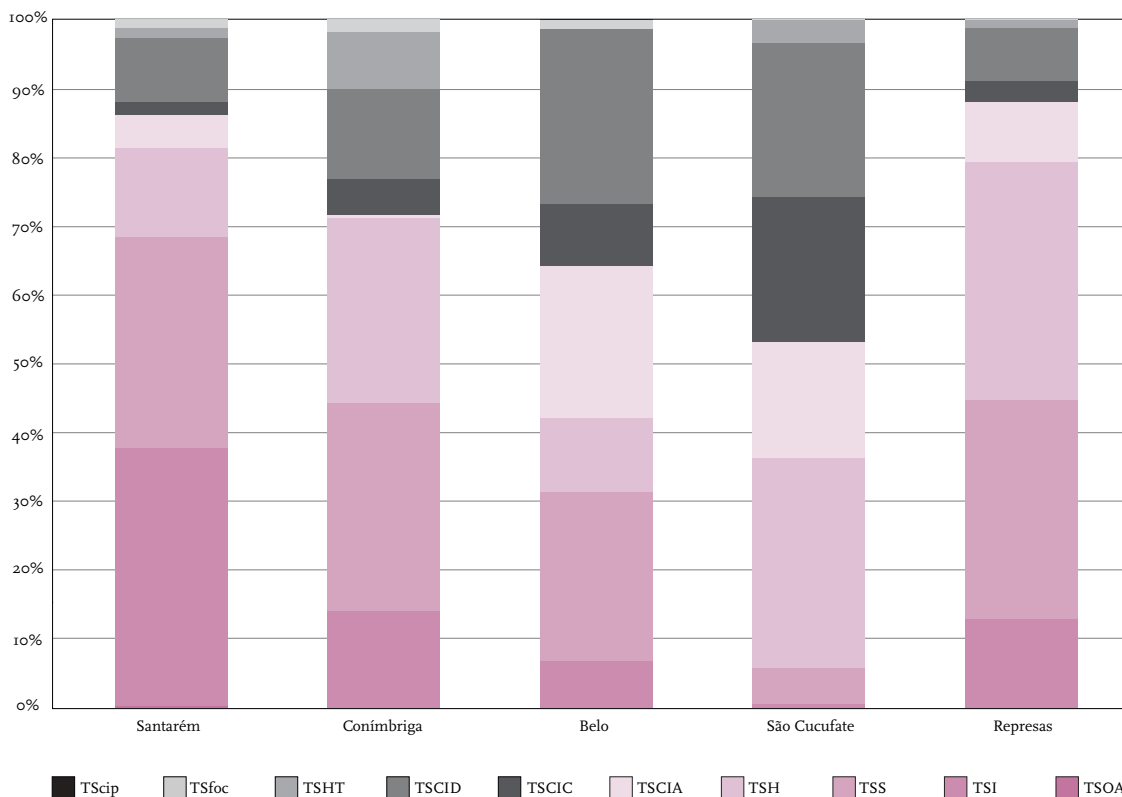
Os dados disponíveis relativos ao estudo da *terra sigillata* de outros sítios possibilitam a comparação, desta vez tendo por base dados unicamente quantitativos, dos ritmos e padrões de consumo de *sigillata*. Deve chamar-se a atenção, a este respeito, que sítios como Belo (Bourgeois e Mayet, 1991), S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), Represas (Lopes, 1994), Conímbriga (Fouilles, 1975) e Santarém possuem características muito diversas, sendo comparativamente muito reduzida a área escavada na Alcáçova.

Na comparação das percentagens dos diferentes fabricos de *terra sigillata* nestes sítios sobressai imediatamente a elevada percentagem dos fabricos alto imperiais, sobretudo de *sigillata* itálica e sudgálica, existente em Santarém. Efectivamente estas produções são responsáveis por quase 70% das importações registadas em Santarém, enquanto nos restantes sítios atingem valores significativamente menores. A título de exemplo refira-se que em Conímbriga e Represas a *sigillata* de tipo itálico e sudgálica somam pouco mais de 40% do total de *sigillata* identificada. Na cidade de Belo este valor pouco ultrapassa os 30%, não chegando a atingir os 10% em S. Cucufate.

Esta análise permite afirmar que existe uma quebra acentuada das importações de *sigillata* ainda nos finais do século I, o que parece suceder, também, relativamente à importa-

ção de produtos alimentares envasados em ânforas, pois existem escassos exemplares de ânforas com cronologias do período entre o final do século I e o Baixo Império. A partir do período flaviano, a importação de cerâmica fina de mesa mantém-se, mas não volta a atingir os níveis da primeira metade do século I.

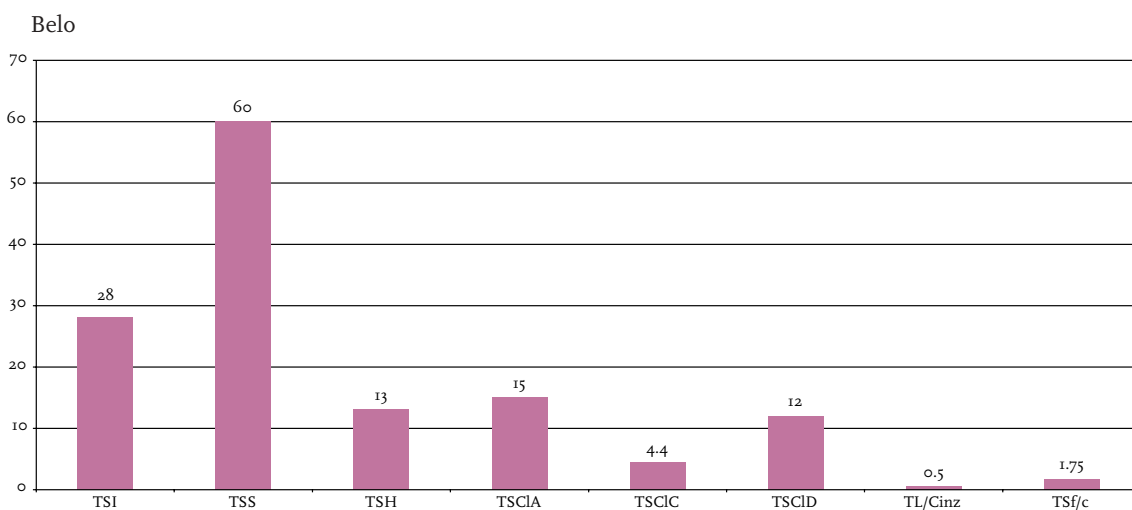
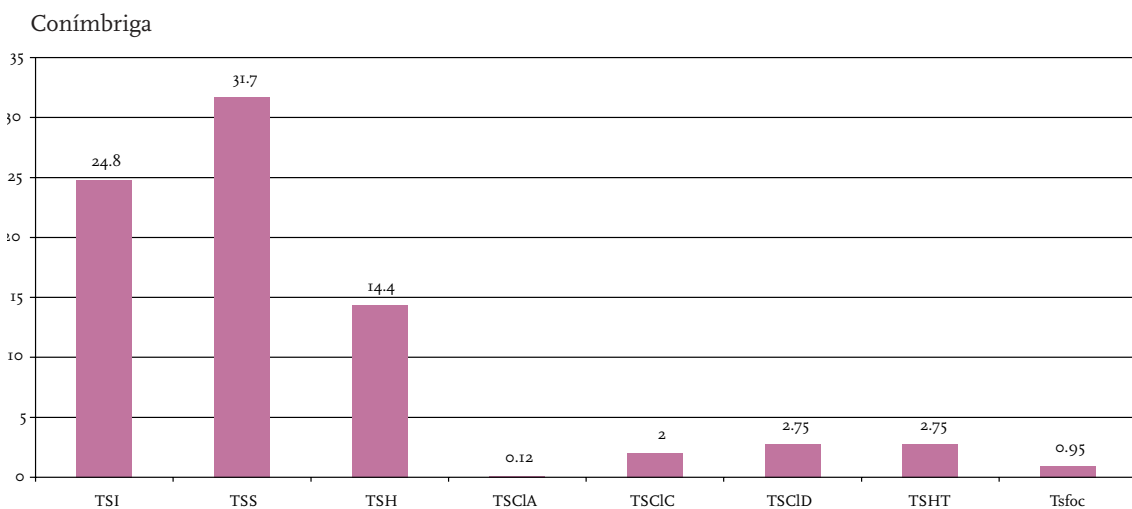
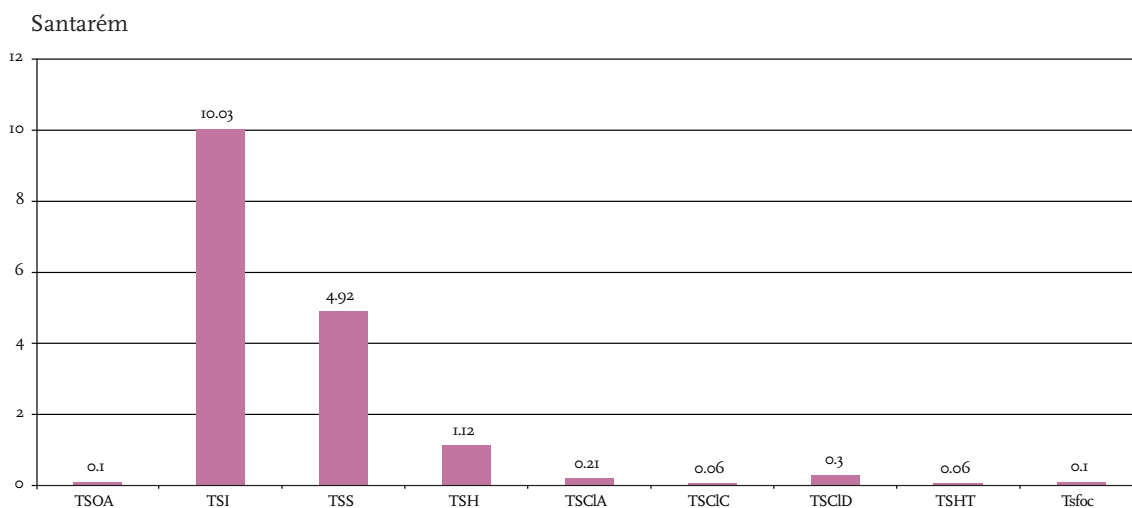
### Percentagens dos diferentes fabricos de *terra sigillata* existentes em Santarém, Conímbriga, Belo, São Cucufate e Represas.



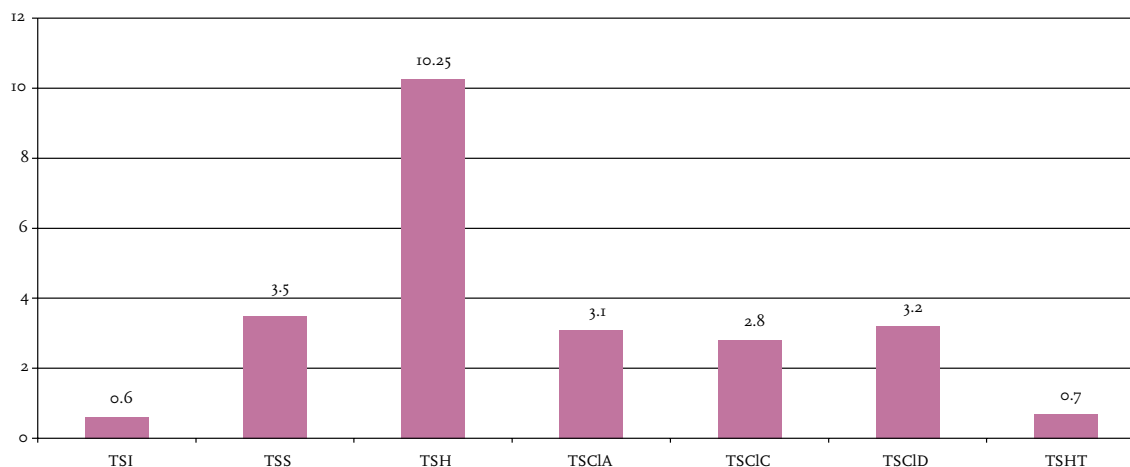
Se é um facto que os dados percentuais dos vários fabricos, nos permitem uma leitura mais clara da distribuição e do peso relativo de cada tipo de *sigillata* face ao total, a estimativa das quantidades médias anuais de importação de *sigillata* contribui bastante para a obtenção de uma leitura mais clara sobre esta matéria. Segundo esta metodologia, “importada” e adaptada da numismática (Greene, 1986, p. 54-56) e empregue por Françoise Mayet e Anne Bourgeois para Belo (1991) e entre nós, por Conceição Lopes para Represas (1994), procede-se à divisão do nº de peças de cada fabrico pelo número de anos em que decorreu a importação. Deste modo, adoptou-se para a *sigillata* de tipo itálico um período de importação de 30 anos, para a sudgálica 50 anos, para a hispânica 100 anos, para a Clara A 180 anos, para a Clara C 250 anos, para a Clara D 250 anos, para a Hispânica Tardia 160 anos e 100 anos para a Focense tardia. Para a *sigillata* Oriental A considerou-se um período de importação de 30 anos.

Nos gráficos que representam as quantidades médias anuais é ainda mais expressiva a presença da *terra sigillata* de tipo itálico em Santarém. Estes valores podem levar a colocar-se a hipótese da cidade ter constituído durante algum tempo, o centro redistribuidor desta cerâmica para a região do Vale do Tejo. Naturalmente, para se poder avaliar a validade desta hipótese, seria necessário dispor-se de informação sobre a *sigillata* da cidade de Lisboa, que constitui também ela, um importante polo redistribuidor.

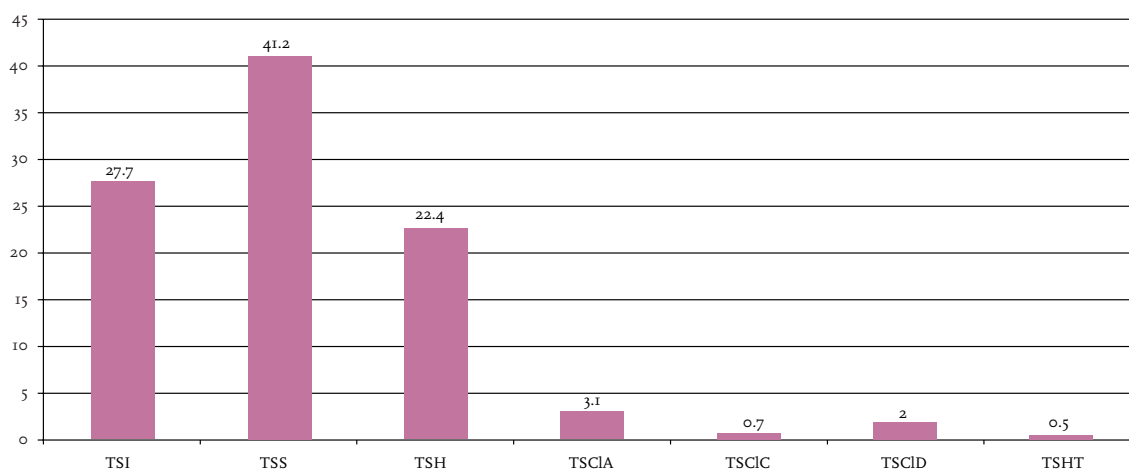
Quantidades médias anuais dos diferentes fabricos de *terra sigillata* recebida anualmente em Santarém, Conímbriga, Belo, S. Cucufate e Represas.



### S. Cucufate



### Represas



A forte expressão da *sigillata* itálica em Santarém, relaciona-se também, com o facto desta cerâmica ter começado a chegar a *Scallabis* ainda antes de 15 a.C., embora em quantidades reduzidas, atingindo o auge das importações durante o final do reinado de Augusto e o reinado de Tibério. Detectaram-se, pela primeira vez no nosso território, não só as formas mais antigas desta produção, mas também exemplares dos fabricos precoces. Estes fabricos que revelam as primeiras tentativas de produção de *sigillata*, característicos da transição das cerâmicas de engobe negro (campanienses) para as de engobe vermelho (*terra sigillata*).

O conjunto significativo de marcas de oleiro demonstra que não foram só as maiores oficinas a exportar para *Scallabis*, registando-se diversos oleiros cuja assinatura surge pela primeira vez em Portugal. A grande maioria das marcas de tipo itálico indicam uma importação de produtos sobretudo com origem em Arezzo, embora os outros centros produtores conhecidos como Pozzuoli, do Centro de Itália, Vale do Pó, Vasanello, e até possivelmente Lyon tenham contribuído para o abastecimento a Santarém. Como se sabe, actualmente a confirmação destes dados só é possível através de análises químicas.

Neste estudo pude verificar a homogeneidade e até uma certa monotonia no abastecimento ao território hoje português de *sigillata* proveniente do Sul da Gália. Efectivamente,

existe um número relativamente reduzido de formas que monopolizam as importações, fenómeno que é mais marcado nos sítios rurais do que nas cidades. Assim, constatei que Santarém, tal como Belo ou Conímbriga, receberam um conjunto de formas de serviço de mesa mais diversificado que o que se encontra em sítios como Monte Mozinho, a Tourega ou na Azeitada. Estes dados configuram diferentes padrões de importação, o primeiro de carácter urbano e o segundo de perfil rural. Este fenómeno pode ter sido motivado pelas distintas capacidades económicas das populações dos diferentes locais ou pela acção dos *negotiatores* envolvidos na comercialização dos produtos. Ao contrário do que Bémont afirma para *Glanum* julgo que é difícil saber qual o papel assumido pelos consumidores finais destes produtos, sejam sudgálicos, itálicos ou hispânicos, na escolha ou das formas cerâmicas ou dos oleiros representados. Relativamente às importações com origem em La Graufesenque, o quadro estabelecido para Conímbriga mantém-se válido para Santarém, uma vez que o período em que se regista a chegada destes produtos prolonga-se no período compreendido entre o final do reinado de Tibério e o final do século I, com um auge entre 50 e 80 d.C.

Tal como sucede para as marcas itálicas, também não foi possível identificar, nas assinaturas dos oleiros de origem sudgálica, qualquer padrão de distribuição preferencial para esta região da província da Lusitânia.

Os dados conhecidos sobre o aprovisionamento de *terra sigillata* aos sítios da Península Ibérica, permitiram identificar dois grandes modelos de importação destas cerâmicas, tipificados por Belo e Conímbriga. Por um lado, a *sigillata* de Belo corresponde ao “modelo meridional e marítimo”, com clara preponderância, entre as produções hispânicas, da *sigillata* com origem em Andújar, face à menor importância dos fabricos de Tricio (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994, p. 29). No extremo oposto, Conímbriga constitui o representante de um perfil de consumo de *sigillata* de cariz “setentrional e continental”, dada a total ausência de *sigillata* com origem na província da Bética (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994, p. 29, 1994). No modelo meridional o abastecimento seria feito preferencialmente com base no comércio marítimo, enquanto no modelo setentrional e continental o aprovisionamento de *sigillata* teria por base as rotas terrestres tendo como eixo fundamental o abastecimento a partir da capital da Lusitânia – Mérida.

Como tive oportunidade de constatar, o quadro das importações das produções hispânicas para Santarém, aproxima-a mais de Belo e afasta-se claramente do modelo setentrional e continental. Santarém foi abastecida sobretudo por via marítima e fluvial, o que não é de estranhar dada a sua localização privilegiada. A navegabilidade do Tejo, mesmo para embarcações de grande porte e a presença da cidade de Olisipo na foz do rio são factores que não se devem ignorar neste contexto.

A análise dos gráficos quer das percentagens, quer das médias recebidas anualmente, mostra a importância dos fabricos tardios africanos e orientais na cidade de Belo e em S. Cucufate, e, pelo contrário, a sua fraca ocorrência em Santarém e Represas. Mesmo em Conímbriga, onde se regista uma quebra significativa das importações a partir do final das importações hispânicas, a *sigillata* africana tem ainda alguma expressão, sobretudo os fabricos C e D. Em Santarém, a *sigillata* africana é bastante escassa e as primeiras formas a serem produzidas em *sigillata* clara A estão praticamente ausentes. Verifica-se que os produtos africanos não substituem os hispânicos logo na segunda metade do século II, como sucede em alguns sítios costeiros do território peninsular, uma vez que as formas encontradas em Santarém apontam para a importação de *sigillata* clara A, centrada no período entre a segunda metade do século III e os meados da centúria seguinte. Mesmo sendo proporcionalmente pouco significativa, pode afirmar-se que o auge das importações de *sigillata* clara se situa entre os meados do século IV e os meados/finais do século V, sendo a *sigillata* Clara D a mais frequente entre os fabricos tardios.

Neste período, além da *sigillata* africana, deve realçar-se também o facto de se encontrar em Santarém, ainda que em quantidades muito reduzidas, *sigillata* hispânica tardia. Estes dados documentam assim a persistência de trocas comerciais regulares por via marítima, naturalmente, com o Norte de África, e com o Vale do Douro e do Ebro, por via terrestre. Contribuem também para afastar a ideia de instabilidade generalizada que se teria abatido sobre toda a Península, nesta época, relacionada com a presença dos povos exteriores ao império, e que nas áreas rurais teria mesmo conduzido ao abandono de inúmeras *villae*. A reduzida percentagem de *sigillata* hispânica tardia obriga a uma valorização moderada deste fabrico, que no entanto, está totalmente ausente de Belo e cuja expressão mais significativa se encontra em Conímbriga.

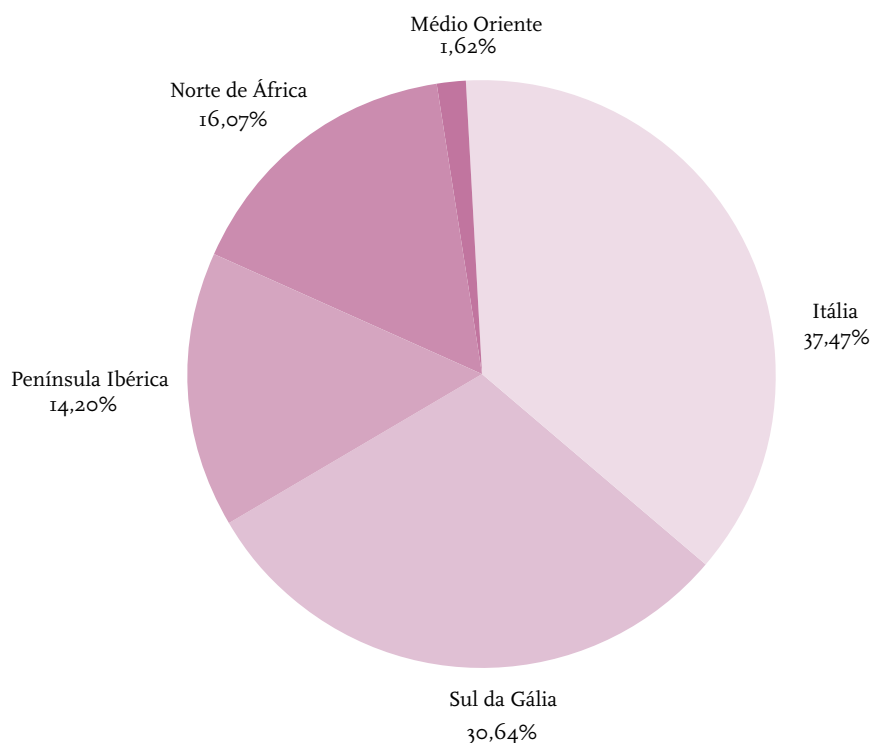
Na maioria dos sítios em que surge *sigillata* foceense, a sua expressão numérica é sempre reduzida, quer se olharmos os dados brutos, quer os percentuais. Daí que julgo poder afirmar que, no século VI, a Alcáçova de Santarém readquire alguma importância, dada a quantidade de *sigillata* foceense recolhida.

## **6.2. A *sigillata* de Santarém no quadro do comércio para o Ocidente Peninsular**

Em relação à rede viária antiga, a cidade de Santarém tinha, como já se referiu, uma localização privilegiada. Por este local passava a via que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga) e a que ligava também *Olisipo* à Capital da Lusitânia – *Emerita Augusta* (Mérida). No entanto, se se procurar traçar a origem e o percurso das diferentes produções de *terra sigillata*, verifica-se que a maioria tem origem nos diversos centros produtores da Península Itálica e nas oficinas de La Graufesenque, no Sul da Gália. Trata-se, portanto, de um abastecimento que teve por base o comércio marítimo e fluvial, com o rio Tejo a constituir a principal via de penetração destes produtos.

De um modo geral, é aceite o carácter complementar que a cerâmica fina teria no contexto da formação das cargas das embarcações que cruzavam o Mediterrâneo. A carga principal seria constituída, sobretudo, por produtos alimentares, envasados em ânforas e por matérias-primas. Ora, o comércio de proveniência itálica está bem documentado na Alcáçova de Santarém, para o período que precede o momento de maior fluxo de chegada de *sigillata* itálica, por um conjunto significativo de ânforas vinárias, sobretudo Dressel 1 A, B e C (=Classes 2, 3 e 4) (Arruda e Almeida, 1999). A cronologia destas importações aponta para um período compreendido entre os meados e o terceiro quartel do século I a.C., o que coincide igualmente com a abundante cerâmica campaniense B e *B-óide*, aqui recuperada. Este fluxo comercial, que deve relacionar-se com o abastecimento aos efectivos militares, regista uma quebra, desde os últimos carregamentos de cerâmica campaniense que atingem o território *scallabitano* e o período de maior fluxo de importação de *sigillata* de tipo itálico. Efectivamente, entre os finais do reinado de Augusto e Tibério a importação de ânforas itálicas encontra-se já em decréscimo, sendo já as produções com origem na bética, quer vinárias quer de preparados piscícolas, as dominantes (Arruda e Almeida, 1999, p. 319).

Se o comércio dos diversos fabricos de cerâmica campaniense e de ânforas Dressel 1 está bem documentado no registo arqueológico e, sobretudo, em naufrágios, como é o caso do Grand Congloué B (Parker, 1992, p. 201), já a *terra sigillata* não surge com muita frequência nestes contextos. No naufrágio do navio Planier C, datado de 60-40 a.C., a *terra sigillata* itálica está associada a cerâmica campaniense B originária do Centro de Itália (Parker, 1992, p. 316), no que constitui uma dos dados cronológicos fundamentais para o momento da substituição dos engobes negros pelos vermelhos.



A *sigillata* com origem no Sul da Gália atingiu Santarém, igualmente em percentagens significativas, fruto de relações comerciais marítimas regulares entre as duas regiões. Mais uma vez, se torna necessária a leitura dos dados da arqueologia subaquática para se compreender o modo como se processavam estas trocas. Os dados do naufrágio “Culip IV”, datado do início do período flaviano, é considerado um bom testemunho desta realidade (Parker, 1992, p. 157-158). Com uma carga essencialmente constituída por ânforas Dressel 20 da Bética (com sinais de reutilização), fazem parte deste carregamento cerca de 2000 peças de *sigillata* sudgálica lisa e 750 de formas decoradas provenientes do centro produtor de La Graufesenque, além de 42 lucernas com origem na cidade de Roma (Parker, 1992, p. 157). Os dados apontam para um comércio em que as diferentes mercadorias convergem dos seus locais de produção para as áreas costeiras, e daí seriam transportados para um grande porto, que, neste caso concreto deve ter sido Narbonne. Deste verdadeiro entreposto, os *negotiatores* encarregar-se-iam de fazer então seguir as mercadorias para o seu destino. Do mesmo modo, a cidade de Cádiz poderá ter servido de entreposto para o carregamento de *sigillata* sudgálica e de ânforas com origem na Bética, tendo como destino o porto de *Olisipo* e a costa Atlântica. Julgo que a abundância, em Santarém, de ânforas com origem, quer na costa gaditana, quer no vale do Guadalquivir, permite apresentar esta possibilidade. Além da *terra sigillata* sudgálica, são escassos os restantes produtos com origem na Gália, restringindo-se a raros exemplares de paredes finas.

O período final das importações sudgálicas corresponde a uma quebra no consumo de *sigillata* em Santarém. Este fenómeno, de difícil explicação, está também patente no restante espólio recolhido na Alcáçova, nomeadamente no material anfórico. Mesmo estando presentes alguns tipos de ânforas posteriores ao período flaviano, estes não voltam a ter o peso que tinham noutras épocas, como por exemplo na viragem do século I a.C. para a centúria seguinte, ou mesmo durante a primeira metade do século I d.C.

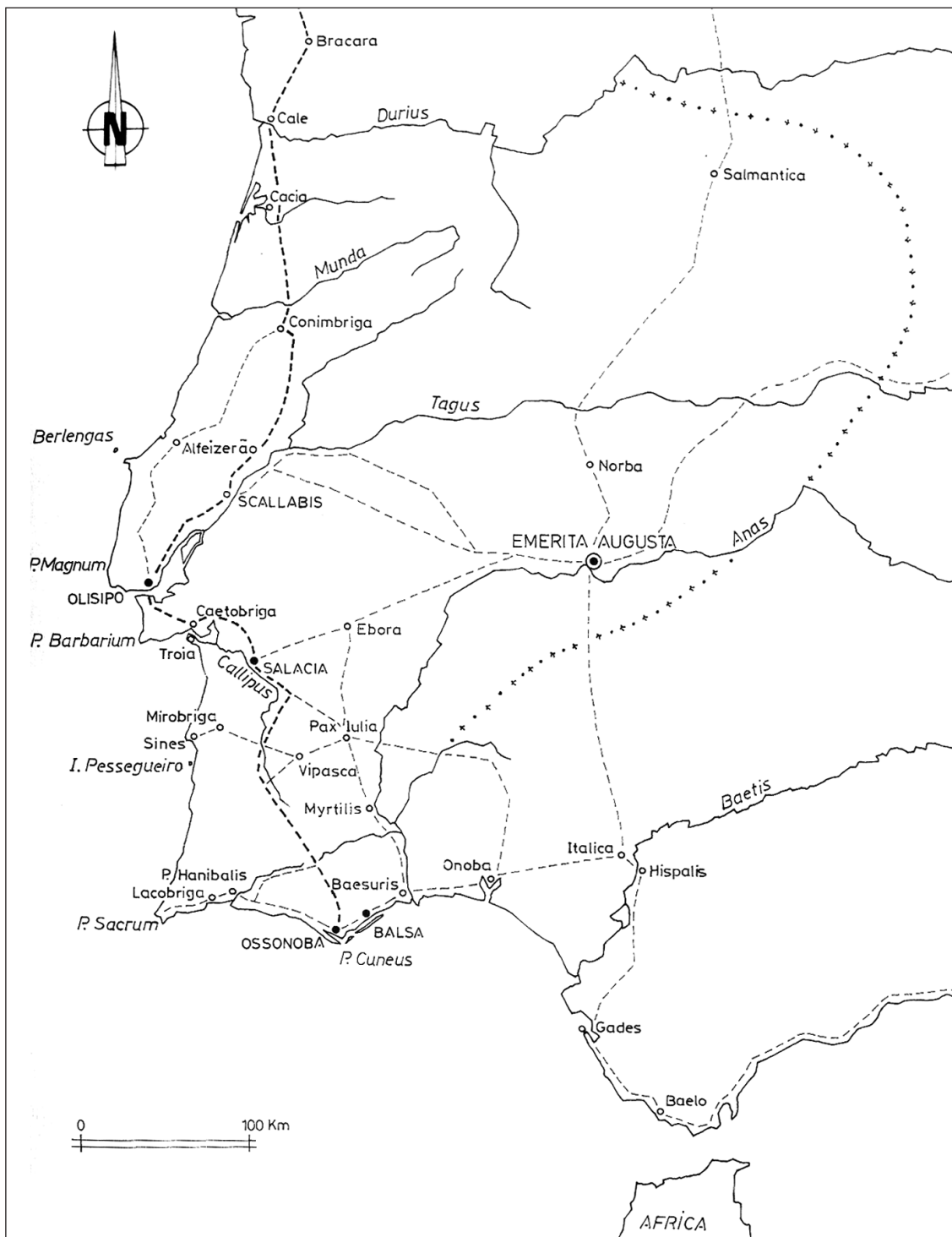


FIG. 41 – Localização e principais vias de comunicação das cidades marítimas lusitanas (segundo Mantas, 1990, p. 153).

Quanto às mercadorias de origem hispânica, designadamente no que se refere às ânforas de azeite da bética, Carlos Fabião aponta uma dupla distribuição (Fabião, 1994, p. 238). Por um lado, o abastecimento seria efectuado através de Mérida e com base nos centros urbanos do interior, por outro, é valorizada a existência de uma rota Atlântica para estes produtos, que teria como destino final os estabelecimentos militares do *limes* germânico e





FIG. 42 – Proveniência da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém. 1. Cilícia(?) – *terra sigillata* oriental A; 2. Vale do Pó; 3. Arezzo; 4. Centro de Itália; 5. Pozzuoli; 6. Lyon – *terra sigillata* tipo itálico; 7. La Graufesenque – *terra sigillata* sudgálica; 8. Tricio; 9. Andújar – *terra sigillata* hispânica; 10. Cartago; 11. Bizacena – *sigillata* Clara A, C e D; 12. Vale do Douro – *sigillata* hispânica tardia; 13. Fócea – *sigillata* focense tardia.

a *Britannia* (Fabião, 1994, p. 240). Penso que não será abusivo associar a este esquema de comércio, a *terra sigillata* com origem em Andújar.

A produção das oficinas de Tricio é, no entanto, dominante em toda a Península Ibérica, e a sua difusão assenta numa rede de distribuição que tem por base grandes centros urbanos como Saragoça e Mérida. Neste contexto, e tal como propõe Françoise Mayet, Mérida terá tido um papel fundamental na redistribuição dos produtos nortenhos para o extremo ocidental da Península (Mayet, 1984). Não é difícil justificar a chegada a Santarém destas cerâmicas, uma vez que a capital do *conventus Scallabitanus* era servida, do ponto de vista viário, pela via que permitia uma ligação directa a Mérida. Não devemos esquecer, no entanto, que foi sempre menor o peso do abastecimento por esta via terrestre, que comportaria, naturalmente, custos de transporte mais elevados que o fluvial e marítimo. Assim, e atendendo à importância do comércio marítimo, devemos procurar encontrar para Santarém uma outra “capital económica” da Lusitania, papel que pode facilmente ter sido ocupado por *Olisipo*, pelo menos a partir de meados do reinado de Augusto.

Em Santarém, a *sigillata* africana, representa apenas 16,07% deste tipo de cerâmica. Além da chegada relativamente tardia desta produção, importa referir que, juntamente com a *sigillata*, se regista a presença de lucernas e de cerâmica comum africana, que, como se sabe, foram produzidas nas mesmas áreas que a *sigillata*. Pelo contrário, os testemunhos da produção norte africana por excelência - o azeite - são extremamente raros.

A *sigillata* focense tardia constitui um bom testemunho das relações comerciais com o Mediterrâneo Oriental no século VI, numa época em que os produtos africanos são já minoritários. Segundo Carlos Fabião, a presença destas cerâmicas, assim como das hispânicas tardias, constitui um exemplo das contrapartidas do comércio de produtos lusitanos no Baixo Império (Fabião, 1996, p. 337). O abastecimento de cerâmica focense tardia

beneficiou igualmente da rota atlântica, uma vez que a *Britannia* constituía o destino final de parte deste comércio. De um modo geral verifica-se que as ânforas orientais conhecem alguma difusão durante o Baixo Império, por todo o Mediterrâneo. Neste contexto, constatou-se que em Santarém, ocorrem também raros exemplares de ânforas da Classe 42 (tipo Benghazi MR 13), datada dos inícios do século III a finais do século IV.

A vitalidade do comércio por via terrestre no século IV e V está também bem patente em Santarém, mesmo sendo escassa a *sigillata* hispânica tardia aqui recuperada.

O estudo da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém não permite aceder a toda a informação sobre o comércio antigo nesta região, mas constitui, sem dúvida, um dos indicadores disponíveis para avaliar os seus mecanismos. A este contributo irão juntar-se outros, resultantes da análise de outros tipos de materiais, de forma a completar, tanto quanto possível, o quadro aqui esboçado.